

Plenário abre hoje discussão sobre reforma da Previdência



José Cruz

■ Proposta já recebeu mais de cem emendas de senadores em 48 horas

Primeira discussão em Plenário ocorre exatamente dois meses depois de a proposta chegar ao Senado. Reforma será debatida até 5 de novembro, período em que também poderá receber emendas. Essa é mais uma etapa no longo caminho que uma proposta de mudança constitucional polêmica deve percorrer. Falta de acordo da base do governo com os partidos de oposição torna difícil prever a data da votação em Plenário.

Páginas 4 e 5

SEM ACORDO Senadores governistas e da oposição divergem sobre aspectos da mudança na Previdência

Tributária vai a votação na CCJ

A reforma tributária começa a ser discutida amanhã pela Comissão de Justiça, mas a votação pode se estender até 5 de novembro, segundo previsão dos líderes partidários. Para amanhã, está prevista a leitura

das propostas alternativas oferecidas pelo PSDB e pelo PFL. O relatório de Romero Jucá sofre reparos na base de sustentação do governo. Renan Calheiros e Fernando Bezerra, líderes do PMDB e do PTB, discordam da forma proposta

para o Fundo de Desenvolvimento Regional. Renan disse que o fundo “precisa ser aperfeiçoado”. Ele considera que os recursos devem ser repassados diretamente aos governadores para investimentos em infra-estrutura.



João de Araújo

EXAME Relatório de Romero Jucá está sendo analisado por senadores



Gerardo Magela

Especial Cidadania discute o abuso sexual de crianças

Pesquisas indicam que a cada ano, no Brasil, 100 mil crianças são vítimas de exploração sexual. Essa violência vem sendo investigada no Congresso por uma CPI, presidida pela senadora Patrícia Saboya (foto). Hoje, o **Especial Cidadania** mostra o que é violência sexual, a maneira de identificar uma vítima e como denunciar.

Página 8



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Programação monetária na pauta da CAE

Página 3

Henrique Meirelles avalia política fiscal

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, será ouvido amanhã pela Comissão Mista de Orçamento. Ele avaliará os impactos e os custos fiscais das políticas monetária e cambial.

Página 3

Reginaldo pede medida contra tensão no campo

Com base em editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "A omissão do governo ante as desordens do MST é receita para o desastre", o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) cobrou do governo ação efetiva contra a escalada da violência no meio rural. Segundo ele, o governo petista tem ignorado as advertências feitas pelo PSDB e "finge que não sabe da gravidade do problema".

– Propusemos a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para o exame da ação dos sem-terra, acobertada pelo governo do presidente Lula. Depois, a CPI foi transformada em Comissão Mista do Congresso Nacional. O PT finge que não ouve nossas advertências – afirmou.

Reginaldo relatou que, na semana passada, o ex-senador Geraldo Melo lhe telefonou denunciando a invasão, "por um grupo de 300 desordeiros do MST", da prefeitura de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte.

– O líder do governo limitou-se a uma rápida resposta, prometendo que traria a este Plenário a palavra do governo. Não trouxe – assinalou.



Célio Azevedo

VIOLÊNCIA Governo "finge não saber da gravidade do problema", diz Reginaldo Duarte

Agenda



Plenário vota emendas à Constituição

A sessão de hoje, às 14h30, vota proposta de emenda constitucional que permite ao Supremo Tribunal Federal delegar aos juízes federais de 1ª instância a homologação de sentença de separação judicial e divórcio (PEC nº 11/01). O Plenário

examina ainda proposta que dispõe sobre medidas provisórias, estabelecendo que tenham votação iniciada, alternadamente, na Câmara e no Senado, para evitar o trancamento da pauta de votações (PEC nº 27/03).

Paim recebe o presidente do Parlamento do Timor Leste

O presidente em exercício do Senado Federal, Paulo Paim (PT-RS), recebe, às 11h, o presidente do Parlamento Nacional da República Democrática do Timor Leste, Francisco Guterrez; e às 14h, a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro.

Benefício financeiro a estado exportador em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para analisar o projeto que autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos estados em função do desempenho nas exportações e do saldo comercial externo (PLS nº 126/03).



Também examina proposta que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis para o transporte autônomo de passageiros e para o uso de portadores de deficiência física (PLS nº 183/02).

Henrique Meirelles fala à Comissão de Orçamento

Amanhã, às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiência pública com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles,

que avalia impacto e custos fiscais decorrentes das políticas monetária, cambial e de crédito durante o primeiro semestre de 2003.



Programa de Alfabetização na Empresa

A Comissão de Educação vota hoje, às 11h, projeto de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (PLS nº 174/03). O colegiado examina também proposta que determina a adoção de políticas específicas de acesso a bibliotecas, computadores e Internet, e a elaboração de metas de inclusão digital no ensino nacional (PLS nº 240/03).

Reunião da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza reunião administrativa hoje, às 18h. O colegiado, presidido por Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi criado para investigar as denúncias de irregularidades no envio de divisas do Brasil para os chamados paraísos fiscais, por meio das contas CC-5.

Arte de deficientes visuais

Hoje, às 18h, será realizada a abertura da mostra "Crer para Ver", que apresenta esculturas dos alunos da Oficina de Artes do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais. O evento, na Senado Galeria, será presidido por Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Jose Cruz

ATUAÇÃO Tuma foi designado observador parlamentar na Assembléia das Nações Unidas

Tuma destaca papel da ONU no desarmamento

Observador parlamentar designado pelo Senado para participar da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que é praticamente impossível um país conseguir, isoladamente, fechar suas fronteiras para o tráfico de armas. Ele manifestou seu entendimento de que a ONU entrará com mais rigor na luta contra esse crime.

– Nós vamos participar dessas discussões e temos a esperança de que se possa coibir, com todo rigor, o tráfico de armas e de drogas, que é um problema que vem sendo discutido mais profundamente há alguns anos.

Como exemplo dessa dificuldade, Tuma disse que, há muitos anos, o Brasil tem com o Paraguai um acordo que obriga aquele país a comunicar às representações diplomáticas brasileiras a aquisição de qualquer arma, naquele território, por brasileiro, assim como o número do registro da arma e do passaporte do comprador. "Isso nunca foi feito", ressaltou o senador.

Sem controle

Tuma mencionou ainda a entrada, no Brasil, de armas fabricadas nos Estados Unidos, Rússia e em outros países que não fazem um controle sobre essas vendas.

– Se não houver um acordo internacional que seja cumprido e mais exigido, e se não se punir o país que deixar de cumpri-lo, sem dúvida nenhuma vamos ter um crime difícil de combater.

Na ONU, Tuma disse que está buscando resoluções e o máximo de informações sobre o tráfico de drogas e de armas. Ele informou que está sendo criada comissão especial de colaboração para evitar o tráfico de armas de pequeno porte.

Meirelles fala à Comissão de Orçamento



Célio Azevedo



Roosevelt Pinheiro

EXPORTAÇÕES Um dos itens da pauta da CAE é o estímulo ao aumento das vendas para o exterior

CAE examina hoje extensa pauta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje mensagem do Poder Executivo que apresenta a programação monetária para o quarto trimestre deste ano. A matéria constou da pauta da última reunião, mas foi concedida vista coletiva aos integrantes da comissão.

O relator da mensagem (MS nº 205/03) é o senador Paulo Octávio (PFL-DF), que emitiu voto favorável à aprovação, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentou.

Também é favorável o parecer que o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou ao projeto de lei (PLS nº 26/03) que institui um incentivo financeiro, pago pela União, aos estados e ao Distrito Federa-

l, para que esses tomem medidas que favoreçam o aumento das exportações do país. O relator apresentou um texto substitutivo ao original, de autoria do senador César Borges (PFL-BA).

O projeto de César Borges concede descontos no pagamento das amortizações referentes aos contratos de refinanciamento das dívidas dos estados. Garibaldi substituiu esse incentivo por um valor fixo, de R\$ 2,5 bilhões, corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Do total, 85% serão rateados de acordo com a participação percentual de cada estado no total das exportações do país nos 12 meses anteriores ao mês

de referência. Os 15% restantes serão divididos de acordo com o crescimento percentual do valor das exportações de cada estado, na comparação do período de 12 meses anteriores ao mês de referência com igual período precedente.

IRPF

Entre os nove itens da pauta está, ainda, o projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que determina a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 42,35% (PLS nº 46/03). A proposta também estabelece a correção anual da tabela, tomando por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

■ Presidente do Banco Central deverá fazer amanhã avaliação de políticas governamentais

A Comissão Mista de Orçamento deve ouvir amanhã o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. Ele fará uma avaliação do impacto e dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O comparecimento de Meirelles ao Congresso cumpre determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual o presidente do BC deve semestralmente explicar suas ações ao Parlamento. Meirelles falará sobre o primeiro semestre deste ano.

Hoje à tarde, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), tem reunião ordinária para discutir diversas matérias, entre elas o relatório preliminar do Orçamento para 2004 (PLN nº 31/03). Das 89 emendas apresentadas, o relator, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), acolheu 14 na íntegra e outras cinco parcialmente.

Constam também da pauta da comissão vários relatórios sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), requerimentos

PAUTA Hoje, comissão presidida por Mestrinho debate relatório preliminar sobre Orçamento

de convites para audiência pública de ministros de Estado e créditos suplementares ao Orçamento.

Entre os ministros, há propostas para convidar Humberto Costa, da Saúde, Cristovam Buarque, da Educação, Anderson Adauto, dos Transportes, e Antonio Palocci, da Fazenda.

Com relação aos pedidos de crédito suplementar, destaque para o de R\$ 229,9 milhões, destinado ao Ministério da Saúde; o de R\$ 17 milhões, para a Justiça Federal; e o de R\$ 45,38 milhões, a ser dividido entre os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

Paim quer dia de luta do portador de deficiência

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação (CE) deverá votar até o fim do ano projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, a ser celebrado no dia 21 de setembro. No momento, o Projeto nº 379/03 aguarda o recebimento de emendas.

Paim argumenta que o dia 21 de setembro é uma data de extrema importância para as entidades da sociedade civil que lutam pelas pessoas portadoras de deficiência. Essa foi a data proposta por Cândido Pinto, pernambucano militante do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD), para se celebrar o dia nacional de luta dos deficientes.

De acordo com Paim, Cândido Pinto afirmava que 21 de setembro anuncia a entrada da primavera, "tempo do desabrochar das flores, marcando o surgimento da esperança de tempos melhores para um segmento fortemente marcado pela discriminação e pela opressão por parte da sociedade". Paim lembra que em muitas cidades são realizados atos públicos nessa data.



Roosevelt Pinheiro

Ana Júlia: campanha contra o trabalho escravo

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou o lançamento, na última quarta-feira, da Campanha Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo pelo governo federal, iniciativa que integra plano de combate a esse crime em todo o país.

– O Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, criado pelo governo Lula, buscou atacar o problema em sua totalidade, não se limitou a ações de conscientização e sensibilização, como a referida campanha que está sendo lançada, mas previu também ações que venham a contribuir para a diminuição da impunidade – afirmou. Entre as ações do plano, Ana Júlia ressaltou a implementação de 269 novas varas de Trabalho, sendo que 50 delas serão instaladas em regiões de maior incidência de escravidão, como o sul do Pará. Segundo informou, os órgãos foram criados por projeto de lei da Câmara (PLC nº 63/03) recentemente aprovado pelo Senado e relatado pela senadora.



Jane de Araújo

CAS analisa Programa Voluntário de Vacinação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar amanhã uma pauta de 11 itens, entre os quais o parecer do relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR) – foto –, favorável ao projeto que cria o Programa Voluntário de Vacinação para permitir que empresas estabelecidas no país forneçam vacinas a seus empregados e respectivos dependentes (PLC nº 97/01).

Também deverá ser examinado parecer da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) favorável a projeto que obriga os serviços públicos e privados de saúde do país a notificarem todos os atendimentos decorrentes de casos de violência contra a mulher (PLC nº 8/02). O objetivo é acionar o poder público para que o agressor possa receber a punição adequada.

Outro item que poderá ser discutido é o parecer de Demostenes Torres (PFL-GO) favorável à proposição do então senador Carlos Bezerra que acrescenta, entre as obrigações mínimas dos planos de saúde que incluem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante (PLS nº 75/02).



Roque de Sá

REFORMAS

Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho apresentam propostas alternativas para a reforma tributária, enquanto Garibaldi prega a correção da tabela do IRPF e Simon critica decisão sobre sessões deliberativas

Simon critica a decisão sobre sessão deliberativa

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a criticar, na sexta-feira, o processo de decisão adotado pelo presidente do Senado, José Sarney, para a realização de sessões deliberativas também às segundas e sextas-feiras, consultando apenas a Mesa e os líderes partidários, em reunião na última quarta-feira.

Simon defendeu que alterações regimentais dessa natureza passem obrigatoriamente pelo Plenário e que fique claro para a opinião pública que essas providências estão sendo tomadas para cumprir os prazos regimentais de tramitação das reformas tributária e da Previdência.

Ao dizer que iria se antecipar a uma possível indagação do presidente Sarney, que se encontra em Nova York, em relação a sua atitude, por ele ter



Para Simon, alterações regimentais devem ser decididas pelo Plenário

sempre defendido um funcionamento pleno do Congresso Nacional, Simon esclareceu que é favorável a um trabalho mais "racional" do Parlamento.

Simon fez questão de salientar algumas medidas, "acertadas e importantes" na sua avaliação, que foram adotadas por Sarney para melhorar os trabalhos da Casa, como a divulgação com um mês de antecedência da pauta de votações.

Heloísa Helena (PT-AL) protestou contra a maneira com que se divulgou a ampliação das sessões deliberativas no Senado. "O que mais me irrita é o cinismo e a dissimulação de passar para a opinião pública que vamos trabalhar mais", afirmou. O senador Mão Santa (PMDB-PI) solidarizou-se com o pronunciamento de Simon.

Garibaldi pede correção da tabela do Imposto de Renda

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu na sexta-feira a união dos senadores em torno de uma emenda à proposta de reforma tributária com a finalidade de corrigir a tabela de desconto do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) retido na fonte. Para ele, ao contrário do que



Garibaldi considera necessário conter aumento disfarçado

afirma o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a não correção da tabela implica grandes prejuízos para os trabalhadores e para a classe média.

O senador destacou que, na véspera, representantes do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) entregaram ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), proposta que justifica a necessidade de atualização dos valores fixados para as faixas de desconto do

IRPF retido na fonte.

Garibaldi citou ainda os dois pronunciamentos feitos na quinta-feira por Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN). Na oportunidade, disse Garibaldi, Tourinho informou que apresentou emenda

no mesmo sentido.

– Precisamos conter esse aumento disfarçado de impostos através de alguma medida legislativa – apelou Garibaldi, registrando que, antes mesmo do início da tramitação da reforma tributária no Congresso, já havia dois projetos para reajustar a tabela do IRPF, de autoria dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) –, respectivamente os Projetos nºs 361/03 e 46/03.

Tributária começa a ser votada pela CCJ amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a discutir e votar a reforma tributária amanhã, a partir das 10h, mas a previsão dos líderes partidários é que a decisão do colegiado seja concluída apenas na quarta-feira da semana que vem, dia 5 de novembro.

Para amanhã está prevista a leitura dos substitutivos do PSDB, que tem como relator o senador Tasso Jereissati (CE), e do PFL, cujo relator é o senador Rodolpho Tourinho (BA).

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que já foi lido e teve pedido de vista coletivo, não alcança unanimidade nem mesmo entre os partidos da base de sustentação do governo. Líderes dos parti-

dos aliados, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN) também não concordam com a forma como está sendo proposto o Fundo de Desenvolvimento Regional – os R\$ 2 bilhões oriundos da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Pro-



Relatório de Romero Jucá obteve pedido de vista coletivo dos senadores

ductos Industrializados (IPI) que seriam repassados aos bancos para empréstimos a empresas que queiram investir nas regiões mais pobres do país – Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais o norte de Mi-

nas, Espírito Santo e noroeste do Rio de Janeiro.

Renan Calheiros disse que o fundo "precisa ser aperfeiçoado" e deixou claro que o dinheiro deveria ser repassado diretamente aos governadores, para investimento em infraestrutura. Em tese, o governo conta com 47 votos e a oposição com 34, mas a reforma tributária tem muitos pontos que dividem a base do governo, como o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Tourinho: Fundo de Desenvolvimento é o nó da discórdia



Tourinho diz que estados sofrem asfixia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse que o principal nó da discórdia na reforma tributária, neste momento, é o Fundo de Desenvolvimento Regional, única forma de compensação que os governadores teriam para as perdas decorrentes da unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, por consequência, do fim da guerra fiscal. Tourinho é o senador designado pelo PFL para apresentar substitutivo ao relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que tem o apoio do governo.

– Acredito que, se o governo aceitar as ponderações dos governadores e da maioria do Senado e acatar uma coisa que já foi inclusive negociada com o presidente, o resto da proposta irá caminhar sem problemas. O que está levando a um impasse é justamente o fato de que os governos estaduais estão sendo asfixiados, perdendo receita, abrindo mão de atrair investimentos por meio de incentivos – disse Tourinho.

O senador acrescentou que os estados não têm nem mesmo a compensação de uma desvinculação das receitas, como a União tem a Desvinculação de Receitas da União (DRU), pela qual pode lançar mão para outras finalidades de verbas destinadas à saúde e à educação.

O governo alega que o repasse direto das verbas do fundo para os governadores irá atingir as metas de superávit fiscal. O relator da reforma, Romero Jucá, acolheu cerca de 50 emendas em seu relatório, mas não aceita mudar a concepção do fundo.

PSDB tem proposta para ser implantada em três etapas



Jereissati sugere criação do IVA em 2007

O substitutivo do PSDB propõe uma reforma a ser implantada em três etapas, a última delas em 2007, quando o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) seria criado em substituição ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto sobre Serviços (ISS). Além disso, seriam extintas em 2007 a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

O senador Tasso Jereissati (CE) disse que a proposta institui uma verdadeira reforma e a modernização do sistema tributário nacional, em vez de um remendo de emergência como o que o governo propõe. O IVA a ser instituído em 2007 poderia ser cobrado em âmbito estadual, com recolhimento no estado consumidor, e também no âmbito municipal, com incidência apenas sobre as vendas no varejo ou no consumidor final.

O PSDB propõe uma contribuição social única, com a mesma base do IVA e recursos vinculados para a seguridade social, a saúde, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o ensino fundamental. Jereissati propõe ainda a fusão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda das empresas. Os impostos sobre transmissão (inclusive de herança) e o Imposto Territorial Rural (ITR) seriam fundidos e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seria arrecadada com finalidade fiscalizatória, sendo deduzida do Imposto de Renda.

REFORMAS

Tião Viana afirma que, em uma semana, estará em condições de apresentar parecer sobre emendas que deverão ser oferecidas, em Plenário, pelos senadores à proposta de mudança na Previdência

Tebet sugere união em defesa do setor produtivo



Para Tebet, texto não atende ao Centro-Oeste

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou na sexta-feira que a proposta de reforma tributária em discussão “peca desde a sua base”, ao manter a incidência de impostos cumulativos que, em sua opinião, oneram o processo produtivo e comprometem a competitividade dos produtos brasileiros.

Segundo o senador, a reforma tributária como está pro-

posta não alivia os consumidores, não favorece o setor produtivo e não repactua a divisão de receitas entre União, os estados e os municípios.

– Na prática, a reforma, tal qual se apresenta, parece visar tão-somente atender ao apetite voraz da máquina arrecadadora – disse o senador.

Tebet conclamou os senadores a se unirem a fim de defender o setor produtivo brasileiro. Para ele, o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) melhorou o texto votado pelos deputados, mas ainda é insuficiente para atender aos interesses mais elevados da região Centro-Oeste.

Serys reivindica igualdade de tratamento aos estados



Serys defende pleito dos estados produtivos

Na opinião da senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT), o Senado não vai perder a oportunidade, quando da votação da proposta de reforma tributária, de buscar a reparação do que qualificou como “histórico tratamento tributário desigual entre os estados”. Para ela, está na hora de os estados promissores e produtivos, como os da região Centro-Oeste, receberem be-

nefícios condizentes com o quanto contribuem para o desenvolvimento do país.

– Nós vamos defender um grau de conscientização e de sensibilização dos parlamentares para aprovar uma reforma que seja justa e busque ajudar os estados mais frágeis e que sempre foram discriminados – afirmou a senadora, para quem esse é o caso de seu estado, Mato Grosso.

Serys Slhessa-renko disse esperar que os senadores dos estados que sempre foram mais beneficiados pelo sistema tributário concordem em ajudar no crescimento dos estados mais fragilizados.

Antero defende alterações no projeto de mudança tributária



Antero quer alterar texto da proposta

“O Senado não vai votar contra os estados brasileiros”. A afirmação foi feita pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao defender a importância de alterações no relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a proposta de reforma tributária.

Ele disse que, segundo lhe

revelou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), caso prevaleça o texto de Jucá, o estado vai perder R\$ 810 milhões por ano. “Meu voto será na defesa da governabilidade do meu estado”, salientou o parlamentar.

Antero defendeu um debate sobre a distribuição dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), com garantia de prioridade para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E afirmou que as alterações a serem propostas à reforma visam “preservar o desenvolvimento brasileiro”.



PRAZO Discussão da proposta pelos senadores, em cinco sessões, deve se estender até 5 de novembro

Plenário começa a discutir a reforma da Previdência

Exatamente dois meses depois de chegar ao Senado, a reforma da Previdência terá hoje sua primeira discussão em Plenário, com espaço para que qualquer um dos 81 senadores se manifeste sobre as mudanças. Até agora, a reforma teve sua discussão limitada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Plenário discutirá a reforma até o dia 5 de novembro, período em que os senadores também poderão apresentar emendas. Excepcionalmente, o prazo de emendas foi aberto na última quinta-feira (23) e nas primeiras 48 horas o número já

passava de 100. Só o senador Paulo Paim (PT-RS) propôs 22 emendas de Plenário. Na CCJ, os senadores haviam apresentado 316 emendas.

A discussão em Plenário e a apresentação de novas emendas é apenas mais uma etapa no longo caminho que uma proposta de mudança constitucional polêmica deve percorrer. Depois das cinco sessões do Plenário destinadas à discussão, a reforma voltará, pela segunda vez, à CCJ, para exame das novas emendas.

O relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), disse que estará em condições de apre-

sentar parecer sobre as emendas de Plenário em menos de uma semana. No entanto, a falta de acordo da base do governo com os partidos de oposição (PFL e PSDB) torna difícil fazer uma previsão de quando a reforma terá sua primeira votação em Plenário.

Além da tentativa dos senadores de fazer mudanças na reforma, a tramitação da chamada emenda paralela vem provocando mais divergências entre governistas e oposicionistas. Essa emenda foi apresentada pelos senadores da base governista e contém as mudanças aceitas até agora pelo governo.

Papaléo elogia unificação dos programas sociais

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) qualificou a unificação de programas sociais federais em um instrumento básico de distribuição de renda, o programa Bolsa-Família, como “uma das iniciativas mais felizes do atual governo”. Ele destacou as vantagens de reunir, em um único benefício, a assistência prestada por meio do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Vale-Gás e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Papaléo considerou salutar a unificação dos cadastros, o que deverá evitar a superposição de benefícios e concorrer, assim, para dar mais confiabilidade e assegurar mais justiça ao sistema de proteção social. A concentração dos procedimentos operacionais em

um único órgão e a unificação dos critérios de concessão do benefício, reunidos em duas faixas de pagamento, foram outras vantagens apontadas pelo parlamentar.

Não obstante o entusiasmo em torno da iniciativa, o senador pelo Amapá defendeu a manutenção das boas experiências de distribuição de renda implementadas pelo governo anterior.

– É muito importante que não se desperdice todo um trabalho já realizado, e que pode apontar com muita clareza o que deve e o que não deve ser feito – ponderou.

Ele defendeu essa tese com base nos 37 milhões de benefícios repassados aos brasileiros pelos programas de proteção social em 2002.

Papaléo assinalou, entretanto, que, se não deve desprezar experi-



ACERTO Papaléo Paes diz que medida é uma das mais felizes adotadas pelo governo

ências bem-sucedidas, o atual governo também não pode abrir mão de aperfeiçoá-las, objetivo perseguido ao instituir o Bolsa-Família. Segundo informou, pesquisa feita pelos economistas Rosane Siqueira e Marcos Lisboa, atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, revelou que os gastos sociais federais em 2001 e 2002 cresceram 20%, mas não resultaram em benefícios à parcela da população realmente mais necessitada.

Mercadante defende financiamento à mídia

Com empréstimos de entes públicos, empresas poderão repactuar melhor suas dívidas, diz senador

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu, em discurso na sexta-feira, o financiamento público para o setor de comunicação de massa do país, em resposta a pronunciamento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que citou declaração, em artigo, do jornalista e proprietário da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias, de que "a mídia está de joelhos". Mercadante opinou que a mídia está de joelhos por conta do grande endividamento das empresas de comunicação com a desvalorização do real a partir



Waldemir Rodrigues

ISENÇÃO Mercadante afirma que a iniciativa não interfere na liberdade de expressão

de 1999.

– Ao buscar uma linha de financiamento para empresas da área de comunicação, não se pretende interferir na liberdade de expressão – afirmou Mercadante, esclarecendo que no artigo de Frias não há menção

a cerceamento da liberdade de imprensa.

Ele disse que com empréstimos de entes públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fundos de pensão, o governo dá a possibilidade de as empresas de mídia, assim como de outros setores da economia que sofreram com a desvalorização cambial, repactuarem em melhores condições suas dívidas.

Mercadante elogiou o governo pela postura assumida na política internacional e pela responsabilidade na política econômica. "Não é sem razão que o presidente Lula recebe hoje (*sexta-feira*) o Prêmio Príncipe de Astúrias. O governo incluiu, por exemplo, a fome na agenda de debates internacional", observou.

Virgílio aponta viés autoritário em Lula

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) advertiu na sexta-feira que o país tem manifestado inquietação e medo com o viés autoritário que vem detectando no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Há indícios de intolerância nas relações do governo com a imprensa e o Congresso, ressaltou.

– Estou inquieto e não estou sozinho, vejo fumaças ruins no horizonte. Tenho encontrado gente intimidada, e com medo, por esse Brasil afora. Não me lembro desse fato



Waldemir Rodrigues

Arthur Virgílio cobra execução das metas de campanha

acontecer durante o governo Fernando Henrique. Ele era criticado por muitas razões, mas nunca vi ninguém preocupado com um possível autoritarismo de sua parte – afirmou.

Virgílio sustentou que houve um entendimento equivocado

do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), em relação ao seu posicionamento sobre a concessão de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas de comunicação em dificuldades. Arthur Virgílio declarou que não é contra esse apoio e afirmou que não falou em desnacionalização da imprensa no seu pronunciamento, em que se referiu a declaração do jornalista Otávio Frias, proprietário do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo o qual "a mídia está de joelhos".

O senador tucano explicou que sua posição é contrária à ação "autoritária" por parte dos gestores da comunicação do governo. E aproveitou para so-

licitar publicamente que a Radiobrás deixe de encaminhar para sua casa o boletim diário *Em Questão*, que classificou de propaganda oficial semelhante à do *Pravda*, órgão de imprensa do Partido Comunista da extinta União Soviética.

Virgílio enfatizou que não foi Fernando Henrique quem perdeu credibilidade no final do governo e amargou índices elevados de rejeição. Ele atribuiu esse cenário ao risco de instabilidade que, naquela época, representava a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

O líder do PSDB pediu que o governo saia do imobilismo e cumpra os compromissos de campanha. Ao exortar o presidente da República a ter mais ação, o senador se referiu a charge da revista *IstoÉ Dinheiro* em que, com equipamento na mão, Lula dá ordem de "luzes, câmera", enquanto a população pede "ação", para que a filmagem se inicie.

Líder do governo é contra indexação de tabela

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, admitiu a necessidade de correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, mas ponderou que isso não pode ser feito por indexação automática.

– Não é correto, nada está mais indexado à inflação – observou, afirmando que a reforma tributária vai favorecer muito mais brasileiros,

desonerando a cesta básica, do que apenas os 5 milhões que recolhem o Imposto de Renda.

O senador disse ainda que os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas de comunicação social foram feitos à luz do dia, com transparência. E acentuou que o governo se empenhou em recuperar o setor naval via BNDES e

também as fábricas de papel e as empresas de energia elétrica.

Aloizio Mercadante também afirmou que as viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao exterior reforçam o prestígio e a imagem do Brasil.

A seu ver, o fato de ser utilizado o avião presidencial conhecido como *Sucatão* demonstra a austeridade do atual governo.

Heloísa Helena cobra revitalização do São Francisco

A revitalização do Rio São Francisco antes de se executar o projeto de transposição foi defendida, na sexta-feira, pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Segundo ela, não se sabe o impacto ambiental da transposição, nem a quantidade de recursos necessários para a obra. A senadora observou que há outros projetos menos grandiosos e que podem ter grande efeito para revitalizar o rio, hoje quase estéril.

– Em vez de iniciar uma grande obra que distribui riqueza para grandes empreiteiras e construtoras e não para as populações locais, devemos enfrentar esse gigantesco desafio que é a revitalização do Rio São Francisco – disse.



José Cruz

Mão Santa alerta para a precariedade das rodovias

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou o desejo de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se inspire no ex-presidente Juscelino Kubitschek, famoso pelo binômio "Transporte e Energia", e leve transporte, "que é antecessor do desenvolvimento", para o Nordeste.

– A energia já andou nos faltando em tempo recente. E, do jeito como as coisas estão indo, da mesma forma como quase tivemos o apagão, poderemos vir a ter um paradão no Piauí e no restante do país – disse o senador, referindo-se à péssima situação das rodovias. Ele informou que, segundo relatório da Confederação Nacional do Transporte (CNT), de 109 estradas avaliadas no país, as 17 melhores estão em São Paulo e, das 20 piores, três estão no Piauí. A pesquisa indica que 58,5% da extensão das rodovias no país encontram-se com pavimento em estado deficiente, ruim ou péssimo.



José Cruz

Eurípedes condena PEC que cria estado do Planalto

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) repeliu, na sexta-feira, a ideia constante da proposta de emenda constitucional do então senador Francisco Escórcio que instituiu o estado do Planalto, mediante o desmembramento de áreas que hoje formam o Distrito Federal.

– A criação do estado do Planalto é uma proposta retrógrada do ponto de vista político, insustentável do ponto de vista econômico e injusta socialmente, não atendendo de forma alguma aos interesses de nossa população. Resta-nos a pergunta: a quem pode interessar? – sustentou o parlamentar.



José Cruz

Mozarildo critica Comissão de Direitos Humanos da Câmara

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reclamou do que considerou "falta de isenção" de membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pelo fato de o grupo, em visita a Roraima, ter ouvido apenas uma "facção" de índios sobre a questão da demarcação de terras na reserva Raposa/Serra do Sol, que possui quase 1,7 milhão de hectares.

Ele disse que os parlamentares, que integraram a 5ª Caravana dos Direitos Humanos, estiveram em Roraima no último dia 13 levando um relatório pré-elaborado, que, segundo a *Folha de Boa Vista*, estava pronto um mês antes da viagem. Conforme Mozarildo, os deputados ouviram somente uma organização, o Conselho Indígena de Roraima, "como se esse fosse o detentor da verdade".



Waldemir Rodrigues

Lúcia Vânia aponta avanços na gestão de Goiânia

Ao registrar o aniversário de 70 anos de Goiânia, transcorrido na sexta-feira, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou a entrega, pelo governo estadual, de uma nova estação de tratamento de esgoto à população da cidade, capaz de atender a 60% das necessidades dos goianienses. De acordo com a se-

nadora, a obra também irá proporcionar a recuperação ambiental da bacia do Rio Meia Ponte, que banha a cidade.

– Alguns problemas sociais e de infra-estrutura urbana se acumularam com o crescimento acelerado. A ampliação do tratamento de esgoto, que até hoje só atinge 7% do total coletado, corresponde a anti-

ga reivindicação da população. Os rios vêm sofrendo, de modo cada vez mais agressivo, o impacto do despejo de esgoto sem tratamento – declarou.

A senadora também registrou que está em andamento a construção de barragem no Ribeirão João Leite, que deve ser concluída até o final de 2004, para garantir o abaste-

cimento de água potável à população de Goiânia e outras quatro cidades da Região Metropolitana até 2025.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Ramez Tebet (PMDB-MS), Eurípedes Camargo (PT-DF) e Serys Slhessarenko (PT-MT) parabenizaram Goiânia e a senadora pelo carinho demonstrado pela capital de seu estado.



REALIZAÇÃO Cidade terá nova estação de tratamento de esgoto, anuncia Lúcia Vânia



ACESSO Para Mesquita Júnior, Senado deve abrir seus meios de comunicação ao movimento

Mesquita Júnior: MST deve ter voz na mídia

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) pediu na sexta-feira que o Senado dê voz aos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para combater o que classificou de "sordidez" das campanhas feitas com o intuito de transformar o MST em inimigo público, quando este seria, na realidade, um movimento social legítimo que pretende democratizar o sistema fundiário do país.

– O Senado precisa cumprir seu papel, abrindo seus meios de comunicação para que o MST e outros movimentos sociais possam se manifestar e se contrapor à orquestração das campanhas cruéis em que, na pompa de gabinetes, aqueles que detêm o capital e o poder fazem do Brasil uma república menor, repleta de injustiças.

Mesquita Júnior relatou ter participado, juntamente com os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Heloísa Helena (PT-AL), de uma viagem de inspeção às cadeias do interior de São Paulo onde estão presos líderes do MST. Ele revelou que havia mais de 50 anos que a Casa não designava uma comissão para inspecionar as condições de carceragem de integrantes de movimentos sociais.

Comissão examina projeto que prevê inclusão digital

Também está na pauta da CE o incentivo a cursos de alfabetização nas empresas

Se for aprovado hoje em turno suplementar de votação na reunião da Comissão de Educação (CE), será considerado definitivamente adotado o substitutivo do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) ao projeto que modifica três artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para assegurar, como dever da União, o acesso a bibliotecas, computadores e à Internet e, em parceria com estados, DF e municípios, viabilizar políticas específicas de inclusão digital (PLS nº 240/03). A proposta é de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CE também deve se pro-

nunciar, em decisão terminativa, sobre o projeto de lei (PLS nº 174/03) de iniciativa do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace). O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) ofereceu parecer favorável à aprovação da matéria, que permite a empresas de construção civil firmar contrato ou convênio com instituições de ensino, públicas ou privadas, para oferecer aulas de alfabetização gratuitas a seus empregados.

Constam ainda da pauta do colegiado o projeto de lei que designa o cupuaçu como fruta nacional e aviso referente a relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e nos demais órgãos envolvidos na execução de ações do Programa Fome Zero (PLS nº 386/03).



INFORMAÇÃO Proposta de Valadares modifica LDB e incentiva o acesso a bibliotecas

Devem ser apreciados ainda 59 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de rádios comunitárias e outorgando ou renovando permissões e concessões para a exploração de serviços de rádio em frequência modulada, em ondas médias, em ondas curtas e de sons e imagens.

Ideli quer facilitar acesso a universidade

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu na sexta-feira projeto de lei de sua autoria que disciplina a oferta de vagas nas universidades públicas, de forma a garantir maior equidade entre os candidatos das diversas regiões brasileiras (PLS 426/03).

– Os brasileiros devem ter as mesmas oportunidades, independentemente dos estados em que moram – afirmou Ideli, ao avaliar que está havendo um crescimento "vertiginoso" de vagas nas universidades particulares, enquanto o número de vagas permanece estacionado nas universidades públicas.

A senadora apresentou um estudo que revela as disparida-



EQÜIDADE Ideli propõe que criação de cursos obedeça a critério de demanda por vaga

des entre os estados na relação das vagas das universidades públicas com o número de habitantes. Enquanto no Mato Grosso do Sul essa comparação

aponta uma vaga para 172 habitantes e no Mato Grosso uma para 179 habitantes, comparou, a relação no Piauí sobe de uma vaga para 246 habitantes, em Santa Catarina de uma para 328 e em Goiás de uma para 347, mostrando uma situação piores nos três últimos estados.

A proposta defendida pela senadora estipula que os investimentos na criação de cursos, ampliação das instalações e abertura de novas faculdades deverão ocorrer nos estados que apresentem maior defasagem na comparação dos dados com a média nacional. Também concede prioridade às regiões mais distantes das sedes das universidades federais.

Luiz Otávio apoia novo Projeto Rondon

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apoiou sugestão do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta, ao presidente da República para a criação de um programa nos mesmos moldes do extinto Projeto Rondon.

– O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou seu apoio à idéia, apostando que o programa, por meio de um choque de realidade, levaria os estudantes a resgatarem valores patrióticos e a se envolverem com os problemas sociais do país – frisou.

Para Luiz Otávio, a instituição de um programa governamental que leve professores e estudantes universitários a atuarem junto a comunidades carentes no interior do país já se encontra em fase de estudos e planejamento. Ele explicou que, por enquanto, o novo programa deverá envolver os Ministérios da Integração Nacional, da Assistência Social, da Educação e da Defesa, além das universidades federais.

– Julgo que a experiência do Projeto Rondon deva ser detidamente examinada e avaliada, de modo a fornecer parâmetros e idéias relevantes para o programa que se pretende implantar – observou Luiz Otávio.



CIDADANIA Programa prevê ação de alunos em comunidades carentes, informa Luiz Otávio

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Mesquita Júnior, Garibaldi Alves Filho, Eurípedes Camargo, Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko



0800 99 0500
DISQUE- DENÚNCIA

“É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Saiba como identificar a agressão

Violência sexual infanto-juvenil

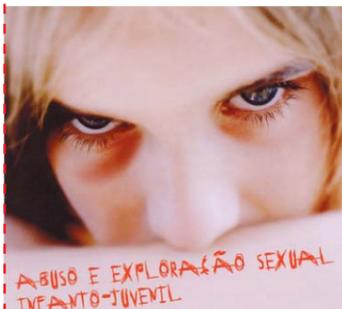
– pode existir ou não contato físico e ocorrer dentro ou fora do lar. Abuso sexual é o ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente para se estimular ou se satisfazer sexualmente, usando força física, ameaça, sedução com palavras ou presentes. Quando há benefício financeiro, caracteriza-se a exploração sexual comercial, que pode envolver crimes como pornografia infantil, turismo sexual, prostituição e tráfico para fins sexuais. A pedofilia, que se caracteriza pela atração erótica de adultos por crianças, pode manifestar-se criminalmente por meio de estupro, assédio, exibicionismo, voyerismo ou da divulgação, uso ou porte de material pornográfico infantil.

O agressor – não há característica específica que o identifique – idade, raça, classe social ou ocupação. Entre 85% e 90% dos casos, é pessoa próxima da família, alguém em que a vítima confia. São exploradores sexuais os clientes, que pagam pelo serviço, e os intermediários, que induzem, facilitam ou obrigam crianças e adolescentes a participar da atividade ilícita.

A vítima – estatísticas indicam que o alvo mais freqüente são crianças entre 7 e 14 anos, mas um terço das notificações envolvem crianças de 5 anos ou menos. Na exploração sexual, as vítimas, na maioria meninas, geralmente têm grau de instrução acima da 2ª série fundamental e freqüentam a escola.

Como identificar a vítima – em apenas 30% dos casos há evidências físicas da agressão. Fique atento a indicadores como interesse súbito sobre questões sexuais, mudança no comportamento, dificuldade de relacionamento, marcas físicas, queixa de dores nos órgãos sexuais, problemas para dormir, medo, fugas, perda de apetite e baixo rendimento escolar.

O que fazer – denuncie pelo 0800 99 0500 ou procure o Conselho Tutelar de sua cidade.



CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 7 – Jornal do Senado – Brasília, terça-feira, 28 de outubro de 2003

Entre na luta contra o abuso sexual de crianças

A exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes ainda é uma realidade no país. Pesquisas indicam que 100 mil crianças brasileiras são vítimas de exploração sexual a cada ano. Demonstram também que, só no Brasil, há 241 rotas usadas para explorar sexualmente mulheres, crianças e adolescentes.

Por ocorrer principalmente no ambiente doméstico, o abuso não pode ser traduzido em

números precisos, mas é a segunda forma mais recorrente de maus-tratos contra a infância e a juventude.

Todos esses crimes são tipificados no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Na semana passada, o Senado aprovou projeto de lei (PLC nº 135/99) aumentando as penas para a exploração sexual, inclusive pela Internet, principal meio de divulgação de materi-

al pornográfico envolvendo menores de idade.

Mas a complexidade da violência sexual demanda uma rede de proteção às vítimas, por parte da família, Estado e toda a sociedade.

Esta edição do **Especial Cidadania** mostra o que é violência sexual, o que tem feito a comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso para desbaratar as redes de exploração e como denunciar esse crime.

CRIME OCORRE EM TODO O PAÍS E ENVOLVE AUTORIDADES

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil foi criada em julho deste ano. À frente dos trabalhos estão a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto –, na presidência, e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), na relatoria. A CPI já recebeu mais de 300 denúncias e realizou diligências em 13 cidades. Em entrevista ao **Jornal do Senado**, Patrícia adiantou que a data para o término dos trabalhos da CPI é 13 de dezembro, prazo que pode ser prorrogado.

Que retrato a CPI já faz do problema após quase quatro meses de trabalho?

Constatamos que a demanda por “serviços sexuais” de crianças e adolescentes é mais complexa do que pensávamos, e o perfil dos clientes e exploradores é diversificado. Pessoas consideradas acima de qualquer suspeita também estão envolvidas, como políticos, juizes, promotores, líderes religiosos, policiais e outras autoridades. Além disso, a CPI já deparou com dois problemas jurídicos: morosidade da Justiça e existência de uma clientela específica que detém foros privilegiados para se defender, o que acaba dificultando a resolução dos casos.

Onde a exploração e o abuso ocorrem mais freqüentemente?

Esses são crimes que ocorrem em todo o país e são cometidos pelos mais variados personagens. É claro que, em certos locais, a exploração sexual está ligada à pobreza. No Vale do Jequitinhonha, crianças fazem programas em troca de 50 centavos. No Rio de Janeiro, temos casos em que meninas chegam a ganhar 500 dólares, ou R\$ 1,99. Descobrimos que o tráfico interestadual de crianças para fins sexuais é comum e que os crimes nas regiões de fronteiras são uma realidade. Outro ponto é que muitos líderes religiosos (quer sejam da Igreja Católica, Evangélica ou de religiões afro-descendentes) usam seu poder para explorar crianças sexualmente.

Como o Parlamento pode ajudar a combater o problema?

O Congresso tem dado contribuição valiosa ao enfrentamento do problema. Em 1993, foi instalada a primeira



CPI para investigar o assunto e, agora, voltamos à questão. Mas nosso papel vai além. Precisamos garantir mais recursos no Orçamento para programas de combate e prevenção e melhorar o arcabouço legal referente aos crimes sexuais.

Que outras medidas seriam eficazes?

Quanto ao atendimento das vítimas, é necessário melhorar a rede de proteção social. Crianças, suas famílias e agressores devem ser tratados por equipes multidisciplinares. Só assim é possível evitar que as vítimas e suas famílias fiquem marcadas para sempre e que os agressores voltem a cometer as mesmas atrocidades.

Quanto à prevenção, uma das estratégias são os projetos de transferência de renda vinculados à educação. É essencial incluir meninos e meninas explorados sexualmente ou em situação de risco nessas iniciativas. Mas só isso não é suficiente.

Sabemos que, em muitos casos, os programas rendem mais que o valor das bolsas. Precisamos pensar em políticas públicas capazes de tornar esses programas mais atraentes. Por que não oferecer a essas crianças e adolescentes cursos de computação e de moda, por exemplo? É importante ainda criar uma cultura entre as famílias e as crianças de valorização da educação e da cidadania.

Como o cidadão pode ajudar?

O primeiro passo é a denúncia. O governo federal tem um serviço específico para recebê-la, que é o 0800 99 0500. Além disso, as pessoas devem ficar atentas, no seu cotidiano, à proteção de crianças e adolescentes, observando, por exemplo, estabelecimentos como bares, boates, motéis e hotéis.

Informações úteis

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Órgão lançou o “Guia Escolar: Métodos para a Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, dirigido aos educadores da rede pública. Informações pelo telefone (61) 429-3771.

www.presidencia.gov.br/sedh
direitoshumanos@sedh.gov.br



Ministério da Justiça

Tel: (61) 429-3000
www.mj.gov.br

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia)

Referência no assunto, a organização promove cursos de capacitação para profissionais e divulga pesquisas e informações.

Rua Fonseca Teles, 121 – 2º andar – São Cristóvão
20940-200 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2589-5656
www.abrapia.org.br

abrapia@openlink.com.br

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria)

Responsável pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (Petraf) e pela cartilha do 1º Encontro de Adolescentes do DF sobre a Violência Sexual Infanto-Juvenil.

W3 Norte, Quadra 506, Bloco C, Mezanino, Lojas 21 e 25
70740-503 – Brasília (DF)
Tel: (61) 274-6632 e 340-8708
www.cecria.org.br
cecria@cecria.org.br

Campanha contra a Pornografia Infanto-Juvenil na Internet

Procuradoria da República no Distrito Federal e Ministério Público do Distrito Federal
Tel: (61) 313-5115
www.prd.f.gov.br
ddh.cgcp@dpf.gov.br

Os dados utilizados nesta edição do **Especial Cidadania** foram retirados das publicações citadas acima.